

ELOGIO DA MISTIÇAGEM

Ramos, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió, EDUFAL, 2004. 179p.

Não resta dúvida que, entre os temas políticos abarcados pelo campo das teorias sociais, as questões do racismo, da mestiçagem cultural e da miscigenação racial ainda persistem como amarras fundamentais para o entendimento do Brasil contemporâneo. Algumas dessas teorias surgiram no contexto de uma nação emergente e de uma preocupação com o caráter de seu povo, e ganharam novos significados com os desdobramentos decorrentes de novas conjunturas históricas, políticas e culturais. Muitos pensadores ousaram abordar esses temas propondo leituras que tivessem resultados sociais práticos, imediatos e duradouros; poucos, no entanto, viram suas idéias florescer e frutificar. Dentre esses autores, Arthur Ramos surge como um dos mais eloquentes, e a publicação do livro *A mestiçagem no Brasil* — a primeira em português após mais de cinquenta anos de sua edição francesa (1951) — deve despontar como uma leitura obrigatória para quem se interes-

sa pela questão das relações raciais e pelos diversos desdobramentos que este tema teve no decorrer do século XX. Não que o livro seja absolutamente inédito no Brasil, pois parte dele foi publicada espaçadamente por Ramos, sobretudo na sua monumental obra introdutória de antropologia brasileira, cujas últimas edições, pela Casa do Estudante do Brasil, datam dos anos 1970.

O livro se estrutura em alguns capítulos fundamentais, que buscam discernir aportes básicos sobre os três grupos “raciais” (negros, índios, brancos) presentes no país; os contatos entre as “raças” e a mestiçagem no novo e velho mundo; os quadros de mestiçagem, assim como a distribuição geográfica de grupos étnicos no Brasil; opiniões e atitudes de autores estrangeiros a respeito da mestiçagem brasileira; opiniões de escritores brasileiros sobre o mesmo tema; e, por fim, a análise “científica” do problema da mestiçagem no Brasil.

O autor dedica os três capítulos iniciais ao primeiro desses aspectos, caracterizando os elementos formadores do “tipo” brasileiro: os não-europeus (índios, que formariam um tipo racial único cuja origem seria mongolóide, vindo, em um momento ainda impreciso, das regiões setentrionais da Ásia; negros, de origens diversas e formados por três grupos assim definidos pelo autor: sudaneses, guineano-sudaneses islamizados e bantus); e europeus (que Ramos começa dividindo em dois grupos, o histórico, ou seja, os colonizadores dos primeiros tempos, sobretudo o português, também definido como *Homo mediterraneus*; e os imigrantes, que entraram após a Independência e englobam uma variedade de tipos raciais que, do ponto de vista da nacionalidade, eram espanhóis, italianos, alemães, japoneses etc.).

Esses diferentes grupos, no entanto, não se mantiveram em estado puro, misturando-se em combinações as mais variadas. Para Ramos, embora a hibridação humana fosse um fenômeno natural, existiriam circunstâncias especiais nas quais ela se intensificaria. Para ele existiria um aspecto geral neste problema e ele o formularia, antes mesmo de aprofundar o estudo dos contactos raciais no Brasil, nos seguintes termos: “Quando falamos de ‘contactos de raças’, pressupomos a existência de raças

puras, ou de indivíduos representantes de stocks raciais puros ou relativamente puros, isto é, sem mestiçagem, que se puseram em contactos biológicos com outros indivíduos representantes de outros stocks raciais também puros ou relativamente puros. Mas aqui nos defrontamos com uma outra dificuldade insuperável: é que não encontramos, hoje, na face da terra, stocks raciais puros, imunes de todo o contacto.” (pp. 43-44).

É nesse sentido que no capítulo dedicado aos quadros da mestiçagem no Brasil, escreve que “todos os contactos possíveis de raças se processaram no Brasil, não só entre os grandes stocks raciais originais (o Branco, o Negro e o Índio) como entre seus produtos derivados. As denominações populares consagraram desde muito cedo, as misturas resultantes. Assim o cruzamento de Branco com o Índio deu o mameluco ou mamaluco, também chamado caboclo em outros pontos do país. O Branco com o Negro deu o mulato. O resultado do cruzamento do Negro com o Índio passou a ser chamado curiboca ou cafuso, com denominações regionais. Ao resultado dos cruzamentos, nos quais não se puderam distinguir os grupos formadores, dá-se o nome geral de pardos, embora esta expressão se aplique também aos mulatos.” (p. 65)

Ramos escreve, ademais, o seguinte sobre a repartição dos grupos étni-

cos no Brasil: “Muito têm discutido os nossos sociólogos sobre a proporcionalidade desigual dessas misturas, no decorrer dos tempos, acenando alguns para uma ‘progressiva arianização’ ou um progressivo ‘branqueamento’ das populações brasileiras, em virtude do estancamento da entrada do Negro e as crescentes afluências do imigrante europeu; procurando, ainda, provar o progressivo ‘branqueamento’ das populações mestiças, pela reversão ao tipo branco que seria o ‘dominante’, em face das leis de Mendel.” (pp. 84-85)

Acredita ele que o problema, “colocado em termos de ‘raça’”, se prestaria a muitas críticas, semelhantes àquelas apresentadas quando da discussão da questão biológica da mestiçagem: “Não há provas científicas de que o mestiço de Negro e Branco tenha uma tendência de reverter à raça branca. As leis mendelianas são de difícil verificação no Homem.” Para Ramos “os conceitos de ‘branco’ e ‘preto’, envolvem aspectos sociológicos e não puramente biológicos. São eles, como vimos, indicativos de ‘casta’ e ‘classe’, e não servem, portanto, para a caracterização de fenômenos biológicos de raça. Dizer que a população brasileira se tornará ‘branca’, em alguns séculos, envolve preconceitos e atitudes análogos aos dos defensores da teoria da nossa *negralização*.” (p. 85)

Foi desse modo que se tornou conveniente, para o autor, levar adiante sua análise do problema da mestiçagem no Brasil, examinar as opiniões pré-científicas, ou anticientíficas, de escritores estrangeiros e nacionais sobre o assunto. Assim, Ramos vai, de saída, explicitar as opiniões e atitudes de autores estrangeiros a respeito da mestiçagem no Brasil. Para ele as opiniões dos europeus sobre os mestiços brasileiros são as mesmas concernentes aos negros, logo padecendo do mesmo vício de origem. Reporta-se, assim, aos primeiros colonizadores nas Antilhas e ao padre Bartolomeu de Las Casas, que reivindicava a substituição do índio pelo negro no trabalho escravo, o que faria prosperar a empresa colonial. Na caracterização do pensamento europeu serão revistos, ainda, cronistas coloniais como Cardim e viajantes oitocentistas como Debret, Rugendas, Ewbank e Fletcher e Kidder.

No que concerne à opinião dos escritores brasileiros sobre a mestiçagem, Ramos elenca uma série de nomes, começando com Couto de Magalhães, o conhecido general autor de *O selvagem*, e centra-se em Nina Rodrigues (de quem ele era, declaradamente, adepto e “discípulo”), Euclides da Cunha e Silvio Romero, aqueles aos quais Ramos dedicará uma análise de obras específicas. De acordo com Ramos fal-

tava a esses autores uma base científica para suas observações. Admitia ele, portanto, que a ciência antropológica da virada do século XIX para o XX, sob a influência de Gobineau, por um lado, e das teorias lombrosianas, próprias a antropologia criminal, por outro lado, colocaram o problema racial em termos equivocados, na medida em que tomaram por base as teses da desigualdade entre as raças e da inferioridade lógica da mestiçagem.

Além desses três autores, Ramos dedica sua atenção a Oliveira Viana, importante representante do pensamento sociológico de sua época, Paulo Prado, autor da conhecida obra *Retrato do Brasil*, e Alfredo Ellis Junior, então professor de História das Civilizações na Universidade de São Paulo. Sobre o primeiro, Ramos dirá que se trata de um pregoeiro de falsas idéias da inferioridade das raças de cor e de seus descendentes mestiços. Racismo da pior espécie, acreditava ele, embasado em preconceitos e em teses pessimistas e anti-científicas. Sobre o segundo, Ramos dá um crédito de ensaísta bem intencionado, mas munido de estereótipos e incapaz de realizar uma análise científica verdadeira. Quanto ao último autor, Ellis Junior, Ramos vai colocá-lo na categoria daqueles que se valem inconseqüentemente de opiniões pré-formadas, meras fórmulas reveladas em seus argumen-

tos secundários.

Mas, haveria um modo adequado pelo qual a mestiçagem poderia ser abordada? Ramos pensa que sim e a isso dedica o último capítulo, reivindicando um análise científica para o problema. Tal análise se pauta, inicialmente, na idéia de que é fundamental superar os preconceitos e estereótipos, para que se possa estabelecer em termos corretos a questão, o que facilitaria o trato do material a ser analisado. Parte deste material, acredita Ramos, é de ordem histórica, facultado inclusive pela pesquisa genealógica, mas deve-se, também, empregar com rigor um critério de exame das condições sociais e culturais ligadas ao fenômeno da mestiçagem. Ademais, o autor já postulava aqui o emprego de certos exames em condições laboratoriais dadas: verificando-se, por exemplo, índices de variação e homogeneidade, ou falta de homogeneidade dos tipos examinados em processos estatísticos. Com isso, pretendia incorporar à análise da mestiçagem fatores ligados aos condicionamentos social e histórico, econômico, geográfico, alimentar, cultural e com isso corrigir o critério estreito do fator racial. Assim, concluirá ele: “As grandezas e misérias do homem brasileiro, de qualquer matiz epidérmico, são injunções e resultados de múltiplas influências que nada têm a ver com raça.

E é por isso, como já foi antevisto na obra de alguns precursores ilustres, o estudo da mestiçagem física tem que ser corrigido e completado com o da ‘mestiçagem cultural’, neste vasto capítulo da antropologia que hoje chamamos *aculturação*.” (p. 167) Em *A mestiçagem no Brasil*, conclusivamente, Arthur Ramos deixa entrever duas faces de seu itinerário como cientista social engajado nas grandes questões de seu tempo: em

parte afirma sua disposição política para enfrentar o racismo, já como membro do mesmo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO que investigaria essa questão no Brasil na década de 1950; ademais, enfatiza o primado fundamental da análise e da pesquisa científicas, buscando com isso novos marcos conceituais para a compreensão da nação e do povo brasileiro na segunda metade do século XX.

Cláudio Luiz Pereira
Antropólogo do Centro de Estudos
Afro-Orientais da UFBA.